

**HABEAS CORPUS Nº 515.445 - SP (2019/0168183-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : DOUGLAS TEODORO FONTES E OUTROS  
**ADVOGADOS** : DOUGLAS TEODORO FONTES - SP222732  
MARCELO LEAL DA SILVA - SP268285  
FRANCIELI FAZAN GARCIA - SP394830  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : WELINGTON RODRIGUES DE OLIVEIRA (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio com pedido liminar interposto em favor de WELINGTON RODRIGUES DE OLIVEIRA - preso cautelarmente por suposta prática do crime tipificado no art. 33 da Lei de Drogas - contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento do HC n. 2042449 - 75.2019.8.26.0000, assim ementado (e-STJ fls. 30):

*Habeas corpus. TRÁFICO DE DROGAS. Prisão em flagrante. Configuração. Paciente preso nas hipóteses dos arts. 302, I, e 303, do CPP. Prisão preventiva.*

*Revogação. Inadmissibilidade. Presença de indícios de autoria e materialidade. Custódia necessária a bem da ordem pública. Paciente surpreendido, após denúncias, trazendo consigo e guardando em seu veículo, 15 porções de maconha, pesando 73,8g, além de dinheiro e balança de precisão. Requisitos dos arts. 312 e 313, I, do CPP, satisfeitos. Decisão fundamentada.*

*Insuficiência na aplicação de medidas cautelares alternativas. Inexistência de constrangimento ilegal.*

*Ordem denegada.*

Nas razões da presente impetração, a defesa alega, em síntese, não haver fundamentação idônea para amparar o decreto construtivo, aduzindo que a decisão está baseada, unicamente, na gravidade abstrata do delito imputado.

Aduz que estão ausentes os requisitos autorizadores da constrição cautelar, previstos no art. 312 do CPP.

Sustenta que não há indícios de autoria suficientes para respaldar o decreto prisional, argumentando que o paciente é mero usuário de drogas.

Destaca os bons predicados subjetivos do paciente, afirmando que é primário, com bons antecedentes, residência fixa, ocupação lícita e família constituída. Ressalta, ainda, que é pai de duas crianças pequenas que dependem do seu trabalho para o sustento.

Indica violação do princípio da presunção de inocência.

Argumenta, por fim, que, mesmo com o advento de eventual condenação, faria jus a regime prisional menos gravoso, o que revela a desproporcionalidade na aplicação da medida extrema.

Diante disso, requer, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva, com a aplicação de medidas cautelares alternativas, se necessário.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

No caso dos autos, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, em uma análise perfunctória, não verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência. Isso porque, ao que parece, a segregação cautelar encontra respaldo no resguardo da ordem pública, consoante destaca o Tribunal de origem, nos seguintes termos (e-STJ fls. 31/32):

*No mais, conquanto admissível a liberdade provisória aos acusados por tráfico de drogas, bem como diversos benefícios a exemplo da fixação de regime aberto e a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos, em se tratando de prisão preventiva, a análise deve ser feita de acordo com a*

*conduta in concreto do réu, observando aspectos como a natureza, a quantidade e a variedade dos tóxicos apreendidos, as circunstâncias da prisão, o envolvimento ou não de adolescente e a existência de indícios de reiteração delitiva.*

*In casu, consta que, no dia 26/02/2019, policiais militares, após recepcionarem denúncias acerca da prática do narcotráfico pelo paciente, surpreenderam-no, na via pública, na posse de 02 porções de maconha e dinheiro, sendo localizadas em seu veículo, mantido estacionado em local estratégico, outras 13 porções da mesma substância, totalizando 73,8g, e uma balança de precisão, com resquícios de maconha (fls. 28/30 e 36).*

*Como se vê, a decisão guerreada que converteu a prisão em flagrante em preventiva foi fundamentada na necessidade de resguardar a ordem pública (fls. 98/100 na origem).*

*De fato, exsurtem indícios de autoria e materialidade e, em face das circunstâncias do caso concreto, notadamente a existência de denúncias prévias acerca da prática da narcotraficância e a apreensão dos referidos entorpecentes em poder do paciente e em seu veículo, além de dinheiro e balança de precisão, afigura-se temerária a sua liberação, sendo imperiosa a manutenção da prisão preventiva para a garantia da ordem pública, a teor dos arts. 312 e 313, I, do CPP.*

Assim, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal, valendo ressaltar que o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações à autoridade impetrada e ao Juízo de primeiro grau, inclusive o envio da senha para acesso aos dados processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator

